

Em apenas três anos, dobra o número de armas nas mãos de civis no Brasil*

Dados chamam atenção pela quantidade de novas armas que entraram em circulação e pela flagrante deterioração dos mecanismos de controle de dispositivos ilegais

Isabel Figueiredo e Ivan Marques
28 de julho de 2021

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Brasil vive uma corrida armamentista. Segundo o Anuário, em cada grupo de 100 pessoas, há no mínimo uma arma particular

O levantamento feito pelo *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* sobre armas de fogo junto aos órgãos oficiais de segurança e defesa para 2020, publicado no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*, mostra que o Brasil vive uma verdadeira corrida armamentista. Em dezembro daquele ano o país contava com 2.077.126 armas em arsenais particulares, incluindo as categorias especiais de atirador desportivo, caçador e colecionador (CACs) e armas particulares de policiais, demais profissionais da segurança pública e militares do Exército. É possível dizer que, em cada grupo de 100 brasileiros, há ao menos uma arma particular disponível¹.

Registros de arma de fogo particulares ativos no SIGMA/Exército Brasileiro e no Sinarm/Polícia Federal, por categoria selecionada, ns. absolutos Brasil - 2020

Sistema/Órgão	Categoria	2020
Sigma/EB	Militares do Exército ⁽¹⁾	59.860
	Policial Militar ⁽²⁾	510.636
	Bombeiro Militar ⁽³⁾	25.649
	Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC)	561.331
	Registros de armas de fogo ativos no SIGMA ⁽³⁾	1.157.476
Sinarm/PF	Cidadão	526.789
	Caçador de Subsistência	5.575
	Servidor Público (porte por prerrogativa de função)	110.594
	Empresa de Segurança Privada	259.963
	Empresa Comercial	10.311
	Empresa com Segurança Orgânica	4.838
	Revendedor	743
	Fabricante/Importador	83
	Outras Categorias	754
	Registros de arma de fogo ativos no Sinarm ⁽⁴⁾	919.650
Total de registros de armas de fogo particulares ativos no Sigma e no Sinarm		2.077.126

Fonte: Exército Brasileiro; Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (1) Inclui militares da ativa e da reserva. O Exército indicou em resposta que as informações sobre armas institucionais do Exército não são administradas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, sendo um patrimônio controlado pela Diretoria de Material desta Instituição. (2) Armas pessoais registradas por policiais militares. O Exército indicou em resposta que as armas institucionais dos órgãos devem ser respondidas pelos próprios órgãos, não pelo Sigma. (3) Armas pessoais registradas por bombeiros militares. O Exército indicou em resposta que as armas institucionais dos órgãos devem ser respondidas pelos próprios órgãos, não pelo Sigma. (3) Embora as categorias constantes desta tabela sejam as que foram informadas pelo Exército ao FBSF, tais públicos correspondem a apenas uma parte das armas de fogo cadastradas no Sigma. Armas institucionais e armas pessoais de integrantes da Força Aérea, da Marinha, de outras instituições públicas e de outras categorias que devem ser controladas no âmbito do Sigma não foram informadas pelo Exército. (4) Não inclui registros de armas das categorias Órgão público com taxa e Órgão público sem taxa, por serem armas institucionais do poder público.

Os números trazidos pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, de modo geral, chamam atenção tanto pelo aumento expressivo do número de armas que entraram em circulação nas mãos de particulares e a velocidade com que isso vem acontecendo, como pela flagrante deterioração dos mecanismos de controle de armas ilegais.

Em 2017 a Polícia Federal informava que o Sinarm continha 637.972 registros de armas ativos. Ao final de 2020, esse número subiu para 1.279.491 – um aumento de mais de 100%.

O levantamento mostra que houve aumento de registros ativos - pessoas físicas registrando sua primeira arma ou renovando o registro anterior de armas que já possuem - em todos os estados brasileiros, sem exceção.

O crescimento veloz também se demonstra para a aquisição de novas armas. Os números mostram que uma parcela da população atendeu ao chamado do Presidente da República, aumentando o arsenal civil com a aquisição de armas novas. Foram registradas 186.071 armas novas por civis (aumento de 97,1% em comparação com 2019). Estados como Piauí, Bahia e Alagoas apresentaram crescimento muito acima da média nacional, chegando a 691% neste último.

Em relação às armas vinculadas ao Sigma, chama a atenção o crescimento exponencial de armas de atiradores desportivos, que tiveram 111.512 novos registros (36,8% a mais que em 2019). Isso significa que ou o esporte ganhou milhares de novos adeptos ou atiradores já cadastrados compraram novas armas para incrementar seu arsenal particular. A propósito, é importante registrar, também, o grande crescimento da quantidade de pessoas registradas como CACs junto ao Exército Brasileiro, que passou de 200.178, em 2019, para 286.901, em 2020, um aumento de 43,3%.

Casos como [o da morte da adolescente de 14 anos Isabelle Guimarães](#), em Cuiabá/MT, causada pela amiga atiradora da mesma idade, deflagram recorrentes irregularidades na atividade de tiro desportivo que naturalmente tendem a aumentar com a expansão de praticantes ou aumento de arsenais privados.

Também é curioso o aumento do registro de caçadores no Brasil. A caça, desde 1967, é considerada atividade ilegal, salvo raras exceções localizadas territorialmente e destinadas ao controle de animais exóticos à fauna nacional. Ainda assim, o país ganhou 7.634 novas armas desde 2019 destinadas à atividade, contando com 56.323 registrados no Sigma em 2020.

Notícias de traficantes de armas com registro de colecionadores e atiradores desportivos também ligam sinal de atenção para o relaxamento do controle dessas atividades promovidas pelo Governo Federal desde 2019. Ao aumentar o acesso a armas e calibres antes restritos às forças de segurança e defesa ao cidadão comum e aos CACs, ao mesmo tempo que desidrata medidas de rastreamento e controle de armas de fogo e munição, o governo facilita a subversão da categoria por criminosos.

Essa equação ganha contornos críticos quando percebemos a diminuição no número de armas apreendidas pelas forças de segurança entre 2019 e 2020. O estado do Rio de Janeiro diminuiu em 24% o número de apreensões. O Pará, 25,7% e o Acre, 38,6%. O destaque positivo vem do Amapá, que aumentou suas apreensões em 58,7%.

Outra medida importante é a permanente destruição de armas apreendidas. No entanto, o Exército Brasileiro informou que houve diminuição de 50,4%% no número total de armas destruídas em 2020 em comparação com o ano anterior – quantidade equivalente a cerca de 57,1% do volume apreendido pelas polícias no ano.

A retirada de armas ilegais de circulação é pedra fundamental de qualquer política de redução da violência. Investir em investigação contra o tráfico internacional e nacional de armas e munições, aumentar o controle de arsenais públicos para evitar o desvio e promover campanhas de entrega voluntária de armas para retirar da sociedade armas não desejadas são ferramentas importantes para a diminuição da violência armada no Brasil.

No entanto, algumas lacunas nas informações oficiais sobre armamento no Brasil persistem, como o número de testes de avaliação psicológica aplicados pela Polícia Federal aos compradores de armas de fogo, a diferença gritante entre a quantidade de armas apreendidas informadas pelas polícias e os registros dessas apreensões no Sigma e no Sinarm e a quantidade de armas particulares de militares das outras Forças Armadas.

Essas e outras lacunas comprovam que o caminho para uma política de armas no Brasil transparente e permeável ao controle da sociedade civil ainda é bastante longo – e, para agravar o risco a que cada um de nós estamos sendo expostos, essa distância só tem aumentado com os arroubos normativos irresponsáveis do presidente da República e o silêncio sepulcral do Congresso Nacional.

* Nesta relação estão incluídas, além das categorias constantes no Sinarm (exceto armas das categorias Órgão público com taxa e Órgão público sem taxa), as armas pessoais de militares da ativa e da reserva do Exército, de policiais e bombeiros militares e de CACs, cadastradas no Sigma.

Isabel Figueiredo

Advogada, mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP e membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foi Secretária-Adjunta de Segurança Pública do Distrito Federal e Diretora da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Ivan Marques

Advogado, mestre em Sociologia e Direitos Humanos pela London School of Economics and Political Science (LSE), presidente da Organização Internacional Control Arms e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

* Texto originalmente publicado na 15ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A íntegra pode ser acessada no <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

<https://fontesegura.org.br/multiplas-vozes/pj9f8ijex3>

